

# Dilma mantém política para mulheres de Lula, mas ainda busca assinatura na área

*(iG, 19/05/2014) Primeira mulher presidente ainda não tem legado próprio, ao contrário de seu antecessor, que revolucionou a área, com a Secretaria de Políticas para Mulheres e a Lei Maria da Penha*

Apesar de não surpreender no campo das políticas públicas para as mulheres, o governo de Dilma Rousseff deu continuidade e ampliou os programas da gestão Lula, mas ainda falta definir qual será o seu legado na área. A eleição da primeira mulher à Presidência do Brasil gerou a expectativa de que a pauta feminina seria ampliada “como nunca antes visto na história desse País”, mas a atuação de Dilma foi ofuscada pelo seu antecessor e padrinho.

No seu primeiro governo, Lula levou a questão feminina para o primeiro escalão, criando a Secretaria de Política para Mulheres (SPM), com status de ministério e orçamento próprio, e com a missão de trabalhar junto às outras pastas para por na prática às ações em prol das mulheres. Além da Secretaria, o ex-presidente é elogiado pela Lei Maria da Penha e a inclusão das donas de casa na Previdência. Dilma têm marcas significativas, como o Brasil Carinhoso e a PEC das Domésticas. O Minha Casa Minha Vida e a ampliação do programa Bolsa Família, os dois com a mulher como beneficiária, também são avanços, mas não tão revolucionários como o programa de combate a violência de Lula, também ampliado pela presidente.

Na avaliação de movimentos feministas, a secretaria ainda precisa encontrar formas para tornar realidade suas orientações às outras pastas. Nadine Gasman, representante da ONU Mulheres Brasil, diz que o status de ministério da SPM contribui para uma melhor eficiência na implementação das ações, pois influenciou na criação de órgãos semelhantes nos Estados e municípios, embora isso não seja suficiente. “Evidentemente, os órgãos precisam de mais verba, capacidade para execução das políticas públicas e

trânsito entre os diferentes órgãos governamentais”, diz. “Mas quando olhamos o que foi definido há quase 20 anos, em Pequim, o Brasil se destaca no cenário internacional.”

Priscilla Caroline Brito, cientista política e assessora do Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA), aponta que muitas das políticas não são implementadas em todo o território nacional por problemas de execução. “A SPM, por exemplo, tem dificuldade de repassar o recurso das ações de enfrentamento à violência para os Estados e estes, por sua vez, tem problemas em prestar contas e executar a política”, diz.

Além da dificuldade em efetivar suas ações e de materializar os repasses propostos, dados da ONG Contas Abertas mostram que, em 2013, apenas 39,1% do orçamento da SPM foram desembolsados durante o ano, o equivalente a R\$ 81,5 milhões. O ano foi de contingenciamento no governo, e a Secretaria argumentou que “os empenhos ocorrem ao longo do ano, mas concentram-se no final de cada exercício, o que implica que os pagamentos das primeiras parcelas ocorram no início do ano subsequente”, ou seja, agora em 2014. Entretanto, a ONG diz que considerou os empenhos de 2012, pagos em 2013. Para este ano, o orçamento autorizado para a SPM é de R\$ 217,2 milhões, e as contas continuam em contingenciamento.

## **Plano Nacional de Políticas para Mulheres**

Os objetivos práticos da secretaria estão reunidos no Programa Nacional de Políticas para Mulheres (PNPM), editado desde o primeiro governo Lula. O CFMEA também faz críticas ao direcionamento do plano. “Muitas das políticas para as mulheres no governo Dilma não promovem a autonomia das mulheres numa perspectiva de superação das desigualdades de gênero. No caso da Rede Cegonha, por exemplo, o objetivo principal era diminuir a mortalidade materna. No entanto, a política se limita ao atendimento neonatal. Não enfrenta o maior problema da questão da mortalidade materna, que é o abortamento inseguro”, afirma Priscilla.

A entidade já havia apontado o problema em 2010, no artigo “Avanços e recuos nas políticas de promoção da igualdade e direitos para as mulheres”, uma análise dos oito anos do governo Lula, escrito pela socióloga Guacira de

Oliveira. Nele, há críticas quanto a falta de vontade política de outros órgãos, que não dão atenção às orientações da SPM, e quanto ao abandono da luta pela descriminalização do aborto por causa da aproximação do governo do PT com “segmentos conservadores, fundamentalistas, religiosos, notadamente das igrejas católica e evangélica, tanto no que se refere a negação de direitos, quanto no que tange ao financiamento público”.

A aproximação conservadora barrou outros avanços na política de direitos reprodutivos, como a inviabilização da meta de “garantir a oferta de métodos anticoncepcionais reversíveis para 100% da população feminina usuária do SUS”, por exemplo.

## **Avanços**

Em 2013, Dilma surpreendeu em seu pronunciamento do Dia da Mulher ao fazer um alerta aos homens que “ainda insistem em agredir suas mulheres”: “se vocês agem assim por falta de respeito ou por falta de temor, não esqueçam jamais que a maior autoridade deste País é uma mulher”. A fala foi uma mensagem direta de que o combate à violência continua prioridade e, para incrementar o programa, ela anunciou a criação de um centro especializado em atendimento à mulher por Estado, as casas da mulher brasileira, do programa Mulher Viver Sem Violência, com custo de R\$ 305 milhões. Até agora, o programa realizou entregas parciais, mas ainda não concluiu nenhum dos novos centros que oferecerão uma estrutura para receber as mulheres vítimas de violência desde o primeiro atendimento até a capacitação profissional, integrada ao Sistema S.

O combate à violência contra a mulher é um legado do governo Lula, que superou as metas da área, com a Lei Maria da Penha e o treinamento de mais de 573 profissionais para atender as vítimas. A ONU Mulheres destaca a lei como uma das três melhores do mundo, e um modelo para outros países. De 2008 a 2010, o número de juizados especializados e varas de violência doméstica cresceu 94%, e os centros de referência, 34%. Dilma mantém prioridade para área, e os destaque foram no crescimento no número de núcleos de enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e no número de núcleos do Ministério Público especializados no atendimento a mulher, que cresceram mais de 200% de 2010 a 2013. O número de defensorias especializadas,

entretanto, caiu de 58 a 45 unidades em todo Brasil, uma diminuição de cerca de 20%. O alcance do disque 180, telefone de atendimento à vítima, cresceu e o número virou disque-denúncia, como meta proposta pelo PNPM.

Mas, apesar dos avanços significativos na área, o governo ainda não sabe quem é a vítima. Faltam dados unificados e balizadores para entender qual é o perfil socioeconômico da mulher agredida e quem é o agressor, já que cada Estado coleta as informações das vítimas de maneira diferente.

No âmbito da autonomia da mulher, o governo Lula não conseguiu cumprir a meta de elevar taxa de atividade das mulheres em 5,2% na População Economicamente Ativa (PEA), entre 2003 e 2007. A meta cresceu cerca de 3% no período. Dilma também enfrenta dificuldades para cumprir suas metas da área. A promessa da construção de 6 mil creches, meta apontada como essencial pelos movimentos feministas, está bem aquém do ideal, a menos de um ano do fim do mandato. Segundo levantamento do iG, apenas 7% (um total de 417) estão prontas, 2.251 unidades em construção e, desse total, 1.232 foram autorizadas no governo Lula.

A assistente social Sônia Coelho, representante da Sempre Viva Organização Feminista e coordenadora da Marcha Mundial das Mulheres, destaca a inclusão recente das mulheres moradoras de áreas rurais nas políticas sociais. “As mulheres do campo viraram sujeito das políticas públicas, coisa que antes não acontecia”, analisa. No PNPM, os direitos à terra com igualdade para as mulheres do campo e da floresta é um capítulo específico, e conta com metas como aumento de linhas de crédito e de acesso a políticas específicas às mulheres rurais.

## **Pouca Representação**

Ao chegar ao Planalto em 2011, Dilma gerou polêmica por se intitular “presidenta”, assim, no feminino, e não “presidente” da República. A ação causou estranheza em um País que, apesar de eleger a primeira mulher à Presidência com 56 milhões de votos, ainda sofre com a sub-representação feminina no legislativo e nas prefeituras. Dos 5.570 municípios do Brasil, apenas 675 (12%) são comandados por mulheres, segundo o IBGE. No Congresso, a situação é pior: apenas 8% das vagas são ocupadas por

deputadas ou senadoras.

O problema é apontado pela ONU Mulheres como um grave entrave no avanço da cidadania das brasileiras. “O Brasil precisa avançar muito na participação das mulheres em todos os espaços de poder e decisão - Executivo, Legislativo, Judiciário e empresas. Enquanto as mulheres não tiverem acesso ao poder, a equidade ainda será um dos maiores desafios a serem alcançados”, afirma Nadine.

O “Fortalecimento e participação das mulheres nos espaços de poder e decisão” também é outro capítulo a parte no PNMP, mas esse sem grandes avanços. Para corrigir essa distorção, as militantes dos movimentos feministas defendem ir além do que a cota implantada por lei pela Justiça Eleitoral, que determina que 30% dos candidatos dos partidos sejam mulheres. Para elas, é necessária uma reforma política, que altere as regras de financiamento. “Ainda a vida das mulheres tem essa sobrecarga de trabalho muito grande que as mulheres não dispõem de tempo de participação. Tem que mudar o sistema político e as condições objetivas de vida da mulher”, defende Sônia.

O Instituto Patrícia Galvão divulgou uma pesquisa Ibope em julho do ano passado que mostra que 80% dos brasileiros consideram que deveria ser obrigatória a composição dos legislativos municipais, estaduais e nacional por metade de mulheres. Mas esse apoio teórico não se reflete na realidade. Essa sub-representação indica que, além de não se candidatarem em número suficiente, as mulheres brasileiras, maioria da população, não votam em mulheres. “A nossa sociedade é patriarcal, onde as mulheres são vistas como inferiores e elas muitas vezes incorporam essa ideologia e acreditam que os homens as representam melhor. A mulher ainda é vista como pertencente ao ambiente privado, que deve ficar em casa, e não é capacitada”, diz Sônia.

***Acesse no site de origem: [Dilma mantém política para mulheres de Lula, mas ainda busca assinatura na área \(iG, 19/05/2014\)](#)***